

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 11(ONZE) DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACURUCA-PI A FIM DE AVALIAR AS METAS FISCAIS REFERENTES AO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2018, SEGUNDO DETERMINA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO SEU §1º DO ART. 166 E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL ART. 9º, §4º.

Aos 11(onze) dias do mês de Abril do ano de 2019, às 14h30min, no plenário da Câmara Municipal de Piracuruca-Pi foi realizada uma Audiência Pública que contou com a presença de alguns vereadores, secretários municipais, servidores públicos e populares. A Audiência foi presidida pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, o Sr. Manoel Francisco da Silva que, após saudar os presentes, declarou ser essa, a terceira Audiência Pública de avaliação de gestão do exercício de 2018, referente ao terceiro quadrimestre. O Secretário passou a palavra para a contadora do município, a senhora Luzinede Maria de Sousa, para que esta apresente os índices fiscais executados pelo município no período de setembro a dezembro de 2018. Luzinede disse que vai expor os dados fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2018 e informou que esses dados, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, Art. 9º §4º, devem ser demonstrados a cada quadrimestre em Audiência Pública nas comissões referidas ou nas casas legislativas estaduais e municipais. Como Piracuruca não tem comissão de avaliação são apresentadas nas casas legislativas municipais. Luzinede passou, então, a apresentar as receitas e despesas do município no período em questão. No primeiro slide apresentou as despesas consolidadas por grupo de despesas que são as despesas Correntes e despesas de Capital. Da Receita total prevista no orçamento anual de Piracuruca-Pi – R\$ 60.293.805,00 (sessenta milhões, duzentos e noventa e três mil e oitocentos e cinco reais) – foi arrecadado 88,73% dessa receita prevista, o que equivale a um valor de R\$ 53.499.140,00(cinquenta e três milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e quarenta reais). Ressaltou que a maior arrecadação foi com as Receitas Correntes, que são destinadas a manter a máquina administrativa, e que somou um valor de R\$ 56.925.945,00 (cinquenta e

seis milhões, novecentos e vinte e cinco mil, novecentos e quarenta e cinco reais) sendo deduzidos deste, R\$ 3.970.766,00 (três milhões, novecentos e setenta mil, setecentos e sessenta e seis reais), o que equivale à contribuição do município no FUNDEB, como determina a lei. As Receitas de Capital, que são, basicamente, os convênios destinados a investimentos, totalizaram R\$ 543.960,00 (quinhentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta reais). Em seguida apresentou a despesa anual que foi prevista também no mesmo valor da receita anual orçada, e acrescentou que deste orçamento foram gastos R\$ 52.418.036,00 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e dezoito mil e trinta e seis reais). Detalhou as despesas por órgão destacando: Secretaria da Educação com despesas fixadas para 2018 em R\$ 21.584.000,00 (vinte e um milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil reais) tendo sido liquidado R\$ 20.131.085,00 (vinte milhões, cento e trinta e um mil, oitenta e cinco reais) o que equivale a 38,40% da despesa total; Secretaria de Saúde com despesas fixadas em R\$ 17.634.805,00 (dezessete milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, oitocentos e cinco reais) tendo sido liquidado R\$ 16.998.743,00 (dezesseis milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e três reais), 32,43% da despesa total. Apontou a Secretaria de Administração e Finanças como a terceira maior despesa, tendo sido orçado para o ano de 2018, R\$ 4.711.000,00 (quatro milhões, setecentos e onze mil), tendo sido executado R\$ 4.428.648,00 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e oito reais) o que equivale a 8,45% da despesa total. Explicou que a Secretaria de Finanças apresenta também um gasto razoável por esta concentrar encargos das demais Secretarias. Em quarto lugar vem a Secretaria de Obras com uma despesa fixada para o ano de 2018 em R\$ 7.105.000,00 (sete milhões, cento e cinco mil reais), tendo sido liquidado R\$ 3.772.175,00 (três milhões, setecentos e setenta e dois mil, cento e setenta e cinco reais), 7,20% do total de despesas. Em quinto lugar a Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e Assistência Social com despesa fixada em R\$ 2.686.000,00 (dois milhões, seiscentos e oitenta e seis mil), tendo sido executado R\$ 2.480.072,00 (dois milhões, quatrocentos e oitenta mil, setenta e dois reais), o equivalente a 4,73 % da despesa total. Na planilha seguinte, Luzinede apresentou as despesas

segundo natureza, divididas em despesas correntes e despesas de capital, esclarecendo que as despesas correntes se dividem em pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, e que são destinadas para manutenção da máquina administrativa como material de consumo e contratação de serviços, já, as despesas de capital, são utilizadas para aumentar ou conservar o patrimônio do município. No grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, onde o gasto é maior, foi orçado R\$ 32.136.005,00 (trinta e dois milhões, cento e trinta e seis mil e cinco reais), tendo sido realizado R\$ 31.232.860,33 (trinta e um milhões, duzentos e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta reais e trinta e três centavos) o que corresponde a 59,58% do que foi previsto para o exercício. Outras despesas correntes foi orçado em R\$ 18.093.500,00 (dezoito milhões, noventa e três mil e quinhentos reais) e foi realizado R\$ 17.885.909,21 (dezessete milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e nove reais e vinte e um centavos), 34,12% do previsto. Para as despesas de capital foi previsto R\$ 9.692.300,00 (nove milhões, seiscentos e noventa e dois mil e trezentos reais) e realizado apenas R\$ 3.299.266,00 (três milhões, duzentos e noventa e nove mil, duzentos e sessenta e seis reais), 6,29% do total. Em investimentos, que é propriamente a aquisição de bens e de construção, foi previsto R\$ 8.474.300,00 (oito milhões, quatrocentos e setenta e quatro mil e trezentos reais) e realizado R\$ 2.483.438,10 (dois milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quatrocentos e trinta e oito reais e dez centavos). A contadora chamou a atenção para a diferença do que foi realizado em investimentos com relação ao que foi orçado, justificando que, pra se fazer investimento necessita-se de convênios com os governos federal e estadual, e quando esses convênios não se concretizam não tem como investir muito. Em amortização da dívida, que são os parcelamentos (com ELETROBRAS, AGESPISA, INSS...) de dívidas antigas foi orçado R\$ 1.218.00,00 (um milhão, duzentos e dezoito mil reais) e foi realizado R\$ 815.827,87 (oitocentos e quinze mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos), uma participação nas despesas de 15,56% ultrapassando o valor dos investimentos. Na sequência passou a detalhar as transferências financeiras que são, parte da arrecadação própria e, parte do FPM, por exemplo, que são transferidas para órgãos em cumprimento a uma

exigência da lei. Da Câmara Municipal, por exemplo, que se prevê que seja repassado 7% da arrecadação do ano anterior, foi repassado R\$ 1.626.300,00 (um milhão, seiscentos e vinte e seis mil e trezentos reais). Pra Secretaria Municipal de Saúde foi repassado R\$ 5.994.346,00 (cinco milhões, novecentos e noventa e quatro mil, trezentos e quarenta e seis reais). Pra Secretaria de Educação foi repassado R\$ 3.400.927,00 (três milhões, quatrocentos mil, novecentos e vinte e sete reais), ressaltando que a contribuição que é descontada direto do FPM para o FUNDEB não está contabilizado nesse valor. Para o Fundo Municipal de Assistência Social foi repassado 1.372.278,00 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais). Concluiu que, de recursos próprios, repassados pra esses quatro órgãos, totalizou R\$ 12.681.250,00 (doze milhões, seiscentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta reais). Detalhou também o que já foi pago com compromissos da dívida pública, que são os parcelamentos: INSS, R\$ 471.851,27; FGTS, R\$ 70.734,81; ELETROBRAS, R\$ 200.214,95 e AGESPISA R\$ 73.026,84 totalizando R\$ 815.827,87 (oitocentos e quinze mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e sete centavos). Apresentou, na sequência, os gastos com pessoal esclarecendo que, segundo a LRF esses gastos não podem ultrapassar o percentual de 60,00% da Receita Corrente Líquida que foi de R\$ 52.955.179,98 (cinquenta e dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cento e setenta e nove reais e noventa e oito centavos) . Para o Poder Executivo o limite máximo deverá ser de 54% e para o Poder Legislativo 6% dessa receita corrente líquida. A despesa com pessoal (Executivo e Legislativo), no período, totalizou R\$ 30.498.881,49 (trinta milhões, quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e um reais e quarenta e nove centavos) o que corresponde a 57.59% da receita corrente líquida, estando aí dentro do limite permitido. A despesa com Pessoal do Executivo totalizou R\$ 29.136.954,08 (vinte e nove milhões, cento e trinta e seis mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e oito centavos), o que corresponde a 55.02% da receita corrente líquida. As despesas com Pessoal Legislativo foi de R\$ 1.361.927,41 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos) correspondendo a 2.57% da Receita apresentada. Luzinede ressaltou que no total o município está dentro do limite

estabelecido pela lei, o problema foi o gasto com pessoal do executivo que ultrapassou um pouquinho o limite, mas que isso se dá mediante alguns gastos, como a folha de pessoal da Educação, que é uma folha muito alta, baseada no plano de cargos e salários, não tendo como reduzir, e também, a folha da Saúde que precisa ser mantida para garantir a efetivação dos serviços e projetos. Sobre a aplicação dos recursos em Educação, a Constituição Federal prevê que no mínimo 25% dos recursos próprios arrecadados com IPTU, ITBI, Imposto de Renda, FPM, ISS, ICMS, IPVA E ITR deverão ser aplicados em Educação. A arrecadação desses tributos e transferências constitucionais foi de R\$ 24.787.792,99 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), 25% disso equivale a R\$ 6.196.948,24 (seis milhões, cento e noventa e seis mil, novecentos e quarenta e oito reais e vinte e quatro centavos), mas foi aplicado de recursos próprios em Educação R\$ 6.667.545,50 (seis milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta centavos), o que equivale a 26.90% do valor arrecadado, ultrapassando, portanto, o valor exigido pela lei. Dos recursos do FUNDEB, transferência mais rendimentos de aplicação, o município totalizou R\$ 14.904.443,92 (quatorze milhões, novecentos e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa e dois centavos). A contribuição para o FUNDEB, que são os 20% descontados do FPM, ICMS E IPVA até agosto, totalizou R\$ 3.970.765,69 (três milhões, novecentos e setenta mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). Então, o ganho do FUNDEB, que é o total do que entrou menos essa contribuição foi de R\$ 10.933.678,23 (dez milhões, novecentos e trinta e três mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte e três centavos). Os gastos do magistério, que são gastos com a folha de pagamento e encargos de professores, diretores e coordenadores deu um total de R\$ 11.980.232,33 (onze milhões, novecentos e oitenta mil, duzentos e trinta e dois reais e trinta e três centavos) o que corresponde a 80.38% de toda a receita do FUNDEB. A lei prevê que essa aplicação seja, no mínimo, de 60% e o município está aplicando cerca de 20% a mais do que o mínimo exigido. Luzinede apresentou, na sequência, a aplicação do município em Saúde, explicando que as mesmas receitas que servem como base para a Educação, receitas

de impostos e transferências, devem ser aplicadas, no mínimo, 15% em Saúde, o que daria R\$ 3.787.792,99 (três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), sendo que até o valor aplicado foi R\$ 5.375.628,71 (cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e oito reais e setenta e um centavos), quase 7% a mais do que o legalmente exigido, atingindo um percentual de 21.69%. Apresentou também a aplicação na Assistência Social, lembrando que ainda não há um valor mínimo estabelecido em lei. Mostrou que foi aplicado de recurso próprio na Assistência Social o total de R\$ 1.372.278,00 (um milhão, trezentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais) o que corresponde a 5.54% da receita de impostos e transferências. Dos recursos federais foi aplicado na Assistência Social R\$ 1.032.812,74 (um milhão, trinta e dois mil, oitocentos e doze reais e setenta e quatro centavos). Concluiu dizendo que esses são os principais números que o município queria mostrar e se colocou à disposição para dúvidas e questionamentos. Não havendo nenhum questionamento a contadora passou a palavra para o técnico da Saúde, o Sr. Misaki Machado Lira para apresentar também os dados referentes à Saúde, uma exigência da Lei Complementar Nº 141. O Secretário de Administração e Finanças, Sr. Manoel Francisco, chamou a atenção para a importância da apresentação desses dados da Saúde para que a população entenda e tome conhecimento dos serviços ofertados por essa Secretaria que faz um trabalho significativo e de grande relevância para o Município. Misaki começou justificando que na última Audiência Pública a Saúde não apresentou seu relatório por não haver concluído, em tempo hábil, o levantamento de seus dados, acumulando portanto, dados dos dois últimos quadrimestres de 2018. Explicou também que, os números referentes à parte financeira são cumulativos e que, os mesmos apresentados nessa Audiência serão referentes a todo o ano de 2018. Na sequência apresentou dados referentes à morbidade hospitalar, detalhando do que as pessoas adoeceram no período em questão, totalizando 839 internações. Destacou as quatro principais causas sendo: 309 relacionadas a gravidez, parto e puerpério; 113 por causas externas; 70 por doenças do aparelho digestivo e 69 internações por problemas de neoplasias, que são os tumores. Quanto à mortalidade nos dois últimos

quadrimestres de 2018 houve uma ocorrência de 85 óbitos, sendo as doenças do aparelho circulatório as principais causas de morte no município, totalizando 31 óbitos. Na sequência vem as doenças do aparelho respiratório com 11 óbitos; as neoplasias com 09 óbitos; afecções originadas no período perinatal, 06 óbitos; doenças infecciosas e parasitárias, 05 óbitos; causas externas, 03 óbitos, e, 20 óbitos por outras causas. No slide seguinte o técnico fez uma demonstração do que foi produzido em saúde na rede assistencial de maio a dezembro de 2018: na Atenção Básica foram realizadas 23.690 consultas médicas, 4.761 consultas de hipertensos, 9.526 consultas de crianças, 1.281 consultas de pré-natal, 4.297 atendimentos do Bolsa Família na saúde, 61.218 visitas domiciliares dos ACS/ACE, 11.633 atendimentos pela ESB (Equipe de Saúde Bucal), 24.731 procedimentos realizados pela ESB, 1.152 exames citopatológicos cervico-vaginal/PCCU, e, 423 atendimentos/inspeção em vigilância sanitária. No quadro seguinte ele apresenta o que foi ofertado em média complexidade no município no período em pauta: 115 triagens neonatal/teste do pezinho, 428 mamografias, 181 colposcopias, 412 pesquisas anti-HIV-1 + HIV-2 em gestantes, 563 ultrassonografias abdome total, 712 ultrassonografias obstétrica, 2.742 atendimentos de urgência com observação, 12.615 atendimentos de urgência, 1.795 terapias fonoaudiológica, 3.902 atendimentos de pacientes no CAPS, 11.140 atendimentos fisioterapêuticos nas alterações motoras, 59 partos normais e 165 próteses dentárias. Misaki passou, então, a fazer a demonstração das receitas recebidas divididas em custeio e investimentos. Explicou que esses dados financeiros são cumulativos e contemplam todo ano de 2018. Detalhou todos os recursos de custeio, que são recursos para manter o que já se tem em funcionamento, de acordo com suas especificidades para demonstrar como se compõe esses recursos na sua totalidade. Na conta de Custeio foi unificado todos os recursos variáveis, citando como exemplos, recursos para custear a Saúde da Família, funcionamento das equipes de saúde, recursos para custear os serviços dos agentes de saúde, custeio das equipes de atendimento à saúde bucal, ações de vigilância em saúde, vigilância sanitária, vigilância epidemiológica, e também, os recursos fixos como o Piso de Atenção Básica, que é um recurso passado de acordo com o total de habitantes do município; o recurso fixo de

custeio da média complexidade. Esclareceu que, enquanto os recursos de custeio são para manter toda a estrutura de saúde do município, desde pessoal como insumos, folha de pagamento etc., o recurso de investimento é para a aquisição de novos serviços, equipamentos, construções, reformas e ampliações. Detalhou os recursos de custeio de acordo com suas especificidades para demonstrar como se compõe esses recursos na sua totalidade. Informou que no ano de 2018 entrou R\$ 166.371,96 (cento e sessenta e seis mil, trezentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) de apoio financeiro extraordinário, que foi um rateio feito pelo Ministério da Saúde com todos os municípios. Na assistência farmacêutica, o Fundo Nacional de Saúde repassou R\$ 181.590,36 (cento e oitenta e um mil, quinhentos e noventa reais e trinta e seis centavos). Pra Vigilância em Saúde foi repassado R\$ 297.133,57 (duzentos e noventa e sete mil, cento e trinta e três reais e cinquenta e sete reais). Da Gestão do SUS, diretamente para Secretaria Municipal de Saúde, foi repassado R\$ 13.000,00 (treze mil reais) referentes a um consultório odontológico implantado no Centro da Mulher. Para os serviços de Atenção Básica foram repassados R\$ 6.901.351,93 (seis milhões, novecentos e um mil, trezentos e cinquenta e um reais e noventa e três centavos) e, para os serviços de média complexidade ambulatorial e hospitalar foram repassados R\$ 3.623.684,32 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos, totalizando R\$ 11.183.132,14 (onze milhões, cento e oitenta e três mil, cento e trinta e dois reais e quatorze centavos) de recursos de custeio. O Secretário Manoel Francisco observou que os números apresentados parecem altos porque são referentes ao ano todo mas, na realidade não chegam a atender a necessidade do município, citando como exemplo o recurso enviado à assistência farmacêutica que dá uma média de quatrocentos e noventa e cinco reais por dia, enquanto que o município gasta, em média, dois mil reais por dia. No slide seguinte Misaki apresentou as receitas destinadas a investimentos que são recursos repassados a mais para a implantação de novos serviços ou para a compra de novos equipamentos. Para a Atenção Básica foram repassados R\$ 405.000,00 (quatrocentos e cinco mil). Acrescentou que, ultimamente, todo recurso para investimento tem sido adquirido através de emenda

parlamentar e que o deputado Júlio César tem sido o grande responsável por essas emendas. Informou que, com esse recurso repassado para a Atenção Básica, foram adquiridas duas vans para o transporte de pacientes que fazem tratamento em outros municípios. Para atenção Especializada foram repassados R\$ 479.990,00 (quatrocentos e setenta e nove mil, novecentos e noventa reais) que foram empregados na compra de equipamentos para a maternidade e na aquisição de uma ambulância. Os recursos repassados pela União para aplicação em investimento no ano de 2018 somaram R\$ 884.990,00 (oitocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e noventa reais). Na sequência detalhou o que foi recebido, mensalmente, na Atenção Básica observando que, no último quadrimestre houve um aumento nos recursos do PMAQ-Custeio (Programa de Melhoria da Atenção e da Qualidade) que é um recurso repassado tanto para as equipes da saúde bucal como para as equipes de saúde da família de acordo com a qualidade dos serviços prestados à comunidade, o que demonstra uma melhoria comprovada no último ciclo de avaliação, pelo Ministério da Saúde, nas ações dessas equipes. Esclareceu que a maior nota não é produção, não é organização, mas a opinião da população aos entrevistadores. Manoel Francisco acrescentou que, quanto melhor o funcionário fizer seu serviço, mais recursos serão repassados para o seu salário. Misaki disse que na Atenção Básica funciona assim, 65% do recurso é para o salário do servidor. No slide seguinte fez o demonstrativo também das receitas da Vigilância em Saúde: despesas diversas, despesas com ações de vigilância sanitária e despesas com os agentes de combate às endemias, totalizando R\$ 297.133,57 (duzentos e noventa e sete mil, cento e trinta e três reais e cinquenta e sete reais). Na sequência fez o demonstrativo das Despesas com Saúde, por subfunção: na Atenção Básica foram gastos R\$ 5.931.061,69 (cinco milhões, novecentos e trinta e um mil, sessenta e um reais e sessenta e nove centavos); na Assistência Hospitalar Ambulatorial Especializada foram gastos R\$ 9.671.702,74 (nove milhões, seiscentos e setenta e um mil, setecentos e dois reais e setenta e quatro centavos); Vigilância Epidemiológica, R\$ 364.506,64 (trezentos e sessenta e quatro mil, quinhentos e seis reais e sessenta e quatro centavos); e na Assistência Farmacêutica, R\$ 517.941,97 (quinhentos e dezessete mil, novecentos e quarenta e um reais e noventa e sete

centavos). O total de despesa com saúde no ano de 2018, totalizou R\$ 16.998.742,82 (dezesseis milhões, novecentos e noventa e oito mil, setecentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos). Concluiu acrescentando ainda, que o município teve que contribuir com 22,95% de recursos próprios para manter a Saúde, já que os recursos recebidos não foram suficientes. Não havendo nada mais a tratar, e ninguém mais desejando fazer uso da palavra, a presente Audiência foi dada por encerrada e, para constar, foi lavrada essa ATA que será devidamente assinada.

Piracuruca, 11 de abril 2019.

Maria Fátima da Silva

Luizineide Maria de Sousa

Agostinho de Jesus de Carvalho Leque

Getulio de Sousa Rocha

Luiz Carlos de Souza

Emília dos Remédios Pereira da Silva Ferreira

Edson Silva do Amaral

João Francisco Brito Mendes

Maria Eliane Carneiro Mexado

Mullerany Bezerra Silva Melo

José Carlos do Carmo da Silva

Reginaldo de Jesus da Silva

Raimundo Manoel de Araújo

Francisco Eudes Gomes da Silva

Roberto de Jesus da Silva

Carlos Alberto de Souza

Maria da Paz de C. Mendes

Maria dos Anjos Mendes da Trindade Amaral

Francisco de Assis da Silva Melo

João Carlos de Jesus da Silva

Luiz Carlos de Souza

Osvaldo da Silva Celestino

Agostinho de Jesus da Silva

Francisco de Brito Fontenele

João Francisco Fernandes de Jesus Brito
Raimundo dos Chagas Filho
Francisca Aynara de Brito Tupinamba
Garciane Silva de Carvalho
Márcio Bruno Costa
Luciano de Sousa Brito
Luiz Carlos de Lenc Martins
Sylvia Régis Fontenay
Adriano Silva Louche
Lvoay de Sousa Filho
Imana Karlinea Magalhães Borges Neto
ANTONIO MANOEL MULLER CARVALHO
José Vieira Filho
Rayane Fernanda Lima
João Batista Araújo
Aluísio Souza de Siqueira Lequeiro Brito
Carlos Alberto Mendes Carvalho
Odelia Maria Alves